

Da Imersão no Campo ao Trabalho a Distância: um Relato de Experiência da Disciplina de Educação Especial Inclusiva Semipresencial no Período de Pandemia

From Immersion in the Field to Distance Work: an Experience Report of the Discipline of Inclusive Special Education Semi-Presential in the Pandemic Period

ISSN 2177-8310
DOI: 10.18264/eadf.v11i2.1225

Resumo

Layane Cristine de Souza Rodrigues^{1*}
Edicléa Mascarenhas Fernandes¹
Suellen da Rocha Rodrigues¹
Luciana Barros Farias Lima¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

*layanecristine1987@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar um relato de experiência de uma proposta educacional e sobre como a pandemia causada pelo SARS-COV2 (Coronavírus), trouxe mudanças na estrutura da disciplina Educação Especial Inclusiva no primeiro semestre de 2020. Esta disciplina faz parte do curso de graduação em Pedagogia e Geografia através do Consórcio CEDERJ. O curso de graduação oferecido pelo Consórcio CEDERJ é realizado na modalidade semipresencial, com duas avaliações à distância e duas presenciais e utiliza como Ambiente Virtual de aprendizagem a plataforma *Moodle*. Por conta do isolamento social se fez necessário realizar alterações na estrutura organizacional e a disciplina passou a ser totalmente a distância, não possuindo avaliações presenciais e nem atendimento com o mediador presencial. O atendimento pela plataforma *Moodle* foi ampliado e intensificado, assim como a forma de abordagem das avaliações. Este estudo de caso qualitativo relata os percursos da disciplina no período de isolamento referente ao período 2020.1, apresentando as mudanças estruturais nas práticas pedagógicas e ações dos mediadores presenciais e a distância neste período.

Palavras-chave: Pandemia. Educação a distância. Adaptações.



Recebido 04/10/2020
Aceito 19/07/2021
Publicado 23/07/2021

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ABNT: RODRIGUES, L. C. DE S. *et al.* Da Imersão no Campo ao Trabalho a Distância: um Relato de Experiência da Disciplina de Educação Especial Inclusiva Semipresencial no Período de Pandemia. **EaD em Foco**, v. 11, n. 2, e1225, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v11i2.1225>

From Immersion in the Field to Distance Work: an Experience Report of the Discipline of Inclusive Special Education Semi-Presential in the Pandemic Period

Abstract

The main objective of this article is to present an experience report of an educational proposal and how the pandemic caused by SARSCOV2 (Coronavirus), brought changes in the structure of the Inclusive Special Education discipline in the first semester of 2020. This discipline is part of the degree in Pedagogy and Geography through the CEDERJ Consortium. The undergraduate course offered by the CEDERJ Consortium is carried out in a semi-face-to-face modality, with two distance and two face-to-face assessments and uses the Moodle platform as a Virtual Learning Environment. Due to the social isolation, it was necessary to make changes in the organizational structure and the discipline became totally remote, with no face-to-face evaluations or attendance with the face-to-face mediator. The service through the Moodle platform was expanded and intensified, as well as the way of approaching the evaluations. This qualitative case study reports the courses of the discipline in the period of isolation referring to the period 2020.1, presenting the structural changes in the pedagogical practices and actions of the face-to-face mediators and the distance in this period.

Keywords: *Pandemic. Distance education. Adaptations.*

1. Introdução

O momento de pandemia que vivemos é uma situação nova para a sociedade atual e em meio a tantas perdas de vidas, estamos aprendendo a conviver neste “novo normal”. Desta forma, a pesquisa se faz importante a partir do momento em que foi preciso entender as mudanças no cotidiano para fazer adaptações necessárias à disciplina.

Este trabalho busca descrever o relato da experiência durante o período de pandemia no primeiro semestre de 2020, na disciplina de Educação Especial Inclusiva do CEDERJ. Esta disciplina atende aos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Geografia, que tiveram suas atividades adaptadas frente à pandemia do SARSCOV2, o Coronavírus causador da COVID-19.

A disciplina é ministrada pelo consórcio CEDERJ, que utiliza a plataforma *Moodle* através do seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Segundo Pereira *et al.* (2014, p. 7):

Uma das possibilidades da educação contemporânea e das tecnologias da informação e comunicação (TIC) é atender às necessidades da sociedade atual, através do desenvolvimento de procedimentos e métodos de ensino e de aprendizagem intermediados pelas ferramentas midiáticas.

Segundo os autores Santos e Vasconcelos (2015, p.4) o AVA é o ambiente onde acontece a comunicação, mediação de saberes e a formação mediada. Este ambiente permite “entrelaçar a cultura, a prática social,

os saberes, a prática pedagógica, a ciência, expressando-se por diferentes linguagens, na tentativa de produzir novos sentidos e, em consequência, uma nova paisagem educativa”.

Para Oliveira e Santos (2020, p. 3), apesar da separação geoespacial, através de videoconferência alunos e professores conseguem estar juntos, mesmo que em lugares distintos e em momentos diferentes eles conseguem acessar através da internet, o curso, os materiais e os recursos didáticos.

Durante este período de isolamento social, a disciplina que era semipresencial, teve que se adaptar e tornou-se totalmente à distância. Diante deste momento, o estudo tem como objetivo relatar as adaptações que foram necessárias para que esta disciplina pudesse continuar atendendo aos alunos e discutir os impactos deste momento para a disciplina e para os alunos.

Esta disciplina busca através do uso da plataforma propor a discussão dos princípios básicos que norteiam a Educação Especial na perspectiva da construção de uma Educação Inclusiva. A disciplina encontra-se em processo de transformação dinâmica nas aulas web, articulando aspectos teóricos e atualidades no tema. As mídias da plataforma constituem-se como uma importante contribuição para assimilação dos conteúdos e para a acessibilidade já que este é o tema que abrange a disciplina, por isso além do material ser oferecido no formato PDF, ele também é disponibilizado em TXT, os vídeos com legendas, as imagens têm audiodescrição e vídeo de apresentação da disciplina conta com uma pequena janela com intérprete de Libras.

A disciplina procura também, proporcionar aos alunos a compreensão dos processos históricos de exclusão/inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais. Através das leituras apresentadas no material didático da CECIERJ (CORRÊA, 2010) e dos estudos de casos, onde se aprende a identificar possíveis educandos com necessidades educacionais especiais, bem como as modalidades de atendimento oferecidas pela Educação Especial e Inclusiva.

Segundo Andrade e Fernandes, (2012, p. 3325):

A Educação Inclusiva é atualmente um dos maiores desafios do sistema educacional. Ela é o processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino dito “regular”. Sua abordagem tem como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Após a leitura dos textos, os alunos, normalmente, têm a oportunidade de realizar trocas através de encontros com os mediadores presenciais (no polo nos dias e horários pré-estabelecidos pela disciplina). Durante a pandemia, estes encontros não foram possíveis, tendo em vista o momento de pandemia e diante disso os mediadores presenciais desenvolveram novas estratégias para atender a esses alunos de forma remota.

Os alunos também são atendidos pela tutoria à distância (por fax, e-mail, plataforma, fóruns, sala de tutoria e telefone) estes atendimentos também tiveram que ser intensificados no período de isolamento.

No CEDERJ, o requisito básico para assumir o cargo de mediador à distância ou presencial da referida disciplina é a formação em pedagogia. O candidato apresenta documentação exigida em edital e é classificado de acordo com a pontuação adquirida levando em conta: sua graduação, pós-graduação, cópia do documento comprobatório de experiência no magistério do ensino básico e/ou superior, cópia dos documentos comprobatórios de outras experiências profissionais, monitoria, estágio docente ou iniciação científica em área relacionada ao perfil da oferta, cópia dos documentos comprobatórios de experiência em tutoria em curso de nível superior reconhecido pela CAPES, cópia de declarações/certificados de

curso sobre EaD realizados, em papel timbrado, com carimbo e assinatura do expedidor ou declaração assinada eletronicamente, com link para verificação de autenticidade, cópia de trabalhos publicados em periódicos, cópia de documento comprobatório de participação em congresso/simpósios.

Tais quesitos avaliativos agregam perfil ao papel do mediador, pois, para Oliveira e Silva (2020, p. 8), o professor/tutor, que no caso do CEDERJ é denominado de mediador, é importante no processo ensino-aprendizagem. Oliveira e Silva (2020) destaca que formular problemas, suscitar interrogações ou estimular a formação de grupos de estudo são funções importantes para a ação do mediador com seus alunos. Desta forma, os autores compreendem que “o educador se torna memória viva de uma prática educativa que favorece e facilita o diálogo entre culturas e gerações”.

Conforme orientação do CEDERJ, a disciplina teve alterações nas avaliações, onde as 3 avaliações presenciais (AP1 e AP2 e AP3) passaram a ser à distância, assim como outras atividades também foram adaptadas para o ensino remoto buscando atender aos alunos.

A proposta antes da pandemia, enquanto disciplina semipresencial, era uma atividade, além das avaliações presenciais e a realização de duas avaliações a distância (AD1 e AD2), onde a AD1 propunha que o aluno realizasse uma visita a uma instituição que atendesse estudantes com necessidades especiais para uma avaliação crítica e preenchimento de um questionário e esta atividade culminaria na AD2, uma oficina presencial de montagem de material didático adaptado para pessoas com deficiência. Com a pandemia, a oficina presencial não pôde acontecer, pois após algumas semanas após o início do semestre houve o surgimento da pandemia SARSCOV2, e a necessidade de medidas de isolamento conforme publicação em diário oficial do estado do RJ em 17 de março. A partir desse decreto, o Estado entrou em isolamento social com a abertura apenas dos serviços essenciais. Neste período de pandemia a plataforma Moodle do CEDERJ se tornou um dos canais mais importantes de comunicação com os alunos, sendo neste período utilizado também o *Whatsapp*, *Google Meet*, *Zoom*, *Microsoft Teams*, dentre outros que auxiliassem no contato com o aluno.

Para Oliveira e Silva (2020, p.8) a EaD (Educação à distância) é um “processo contínuo de construção e avaliação do conhecimento adquirido[...] de forma crítica, criativa e contextualizada, no momento em que o encontro presencial do professor-tutor e do discente não ocorrer”. Ainda segundo os autores, as diversas ferramentas tecnológicas proporcionam um ambiente de comunicação e interação contribuindo para um ambiente de construção do saber.

A disciplina de Educação Especial Inclusiva atende aos cursos de licenciatura de Pedagogia e Geografia e busca contribuir para a formação de professores críticos e reflexivos e isto se reflete também da forma com que se ensina e interage com os alunos. Segundo Santos e Vasconcelos (2015, p. 11):

Ensinar em ambientes digitais e interativos de aprendizagem significa: organizar situações de aprendizagem, planejar e propor atividades; disponibilizar materiais de apoio com o uso de múltiplas mídias e linguagens; ter um professor que atue como mediador e orientador do aluno, procurando identificar suas representações de pensamento, fornecer informações relevantes e incentivar a busca de distintas fontes de informação e a realização de experimentações.

2. Aspectos metodológicos

Diante da nossa nova realidade neste período de pandemia, Zanette (2017) destaca que para se desenvolver um bom trabalho científico, a metodologia utilizada deve aproximar o pesquisador da realidade a ser pesquisada onde o pesquisador se coloca no lugar do outro.

Neste contexto, a pesquisa qualitativa, segundo Zanette (2017, p. 153), é a que melhor compreende a questão do humano, utilizando a dimensão educacional.

Portanto destaca-se o processo e não o resultado em si; busca-se uma compreensão contextualizada no sentido de que as atitudes e as situações liguem-se na formação, dando lugar para as representações das experiências e das palavras; e, no reconhecimento do impacto do processo de investigação sobre os que estão envolvidos no contexto da pesquisa, ou seja, o pesquisador exerce influência sobre a situação em que está investigando e é por ela também influenciado. (ZANETTE, 2017, p. 165)

Fernandes (2007, p. 7) destaca que o estudo de caso “pode se referir a um fato simples, específico ou ainda a algo mais complexo, como uma escola. É uma metodologia que deve ser utilizada quando se pretende estudar algo particular e único”.

Yin (2001, p. 27) ainda afirma “O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”.

Antes da pandemia, o curso de Pedagogia e Geografia funcionava de forma semipresencial, tendo quatro avaliações: duas Avaliações Presenciais (AP1/AP2) e duas Avaliações a Distância (AD1/AD2). Caso os alunos não obtivessem a média da disciplina, eles poderiam realizar a AP3 presencial.

A AD1, como descrita anteriormente, trás como proposta que os alunos realizem uma visita à instituição para que possam ter contato com a educação especial e observar de perto os alunos e as instituições que atendem pessoas com deficiência, mas após a pandemia essas visitas não foram mais possíveis. Após a visita, o foco era a oficina presencial (AD2) onde o aluno construía um material didático adaptado de acordo com a deficiência escolhida por eles. Neste momento, o aluno da disciplina de Educação Especial Inclusiva tinha a oportunidade de juntar a teoria e a prática, elaborando matérias com base na observação a instituição e todos os textos estudados na disciplina.

Segundo Neto (2015, p. 132), não há separação entre prática e teoria:

[...] pensar a prática sem uma teoria que a abrigue enquanto prática. Além do mais, se a própria teoria já é uma prática — e, como já vimos, a prática só é prática sob o abrigo de uma teorização que lhe dê (pelo menos, um mínimo de) sentido.

É importante fazer os alunos refletirem sobre as adaptações de pequeno, médio e grande porte, pois os alunos com deficiências têm o direito, de acordo com a LDB (BRASIL, 1996), de estarem incluídos preferencialmente na sala regular de ensino junto com todos os outros alunos, e o professor deve buscar a melhor adaptação para a inclusão e permanência deste aluno na instituição. As adaptações de pequeno ou grande porte são um desafio para todas as instituições de ensino e um direito dos alunos público-alvo da educação especial: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Segundo a lei 13.146 de 06 de julho de 2015:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Pensando no público-alvo da educação especial, o Consórcio CEDERJ busca efetivar o direito dessas pessoas; um exemplo é que desde 2011 o Consórcio tem buscado se adaptar para o melhor atendimento à pessoa com deficiência visual como a compra de impressora Braille, também destaca que não basta a instituição ter a impressora, deve se ter “também a produção de material didático acessível que permita compreensão do conteúdo por meio tátil” (ANDRADE *et al.* 2012).

Muitas vezes, por falta de material adaptado, os alunos com necessidades especiais ficam excluídos, pois não conseguem exercitar os “seus direitos de cidadania de apropriação e construção de conhecimentos” (CARVALHO, p. 70, 2011). Neste caso, criar materiais adaptados é promover a remoção das barreiras de comunicação e informação promovendo adaptações razoáveis conforme o artigo 3º inciso VI da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015):

[...]“adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais[...]” (BRASIL, 2015)

Durante todo o período de pandemia, os alunos foram atendidos por chats e outras ferramentas como *Whatsapp*, *Google Meet*, *Zoom*, *Microsoft Teams* com hora previamente marcada e divulgada na plataforma *Moodle* pelos mediadores presenciais referentes aos polos específicos, para tirar dúvidas e discutir os temas pertinentes. Neste período, os alunos continuaram sendo atendidos por mediadores a distância pela plataforma através da sala de tutoria presente no AVA.

Entender o momento em que estamos passando irá facilitar e qualificar o funcionamento da disciplina. Diante disso, apresentam-se neste trabalho em ordem cronológica os dados e acontecimentos neste período de pandemia, buscando uma análise teórica que embase nossas adaptações e ajude a compreender melhor esta nova fase.

3. Relato da experiência e discussão teórica

3.1 A disciplina e seu funcionamento

Como já mencionado, a disciplina de Educação Especial Inclusiva atende ao curso de Geografia e Pedagogia de forma semipresencial através do consórcio CEDERJ. O Consórcio CEDERJ é uma parceria formada entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e sete instituições públicas de Ensino Superior (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET; Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ; Universidade Estadual do Norte Fluminense- UENF; Universidade Federal Fluminense- UFF; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO; Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ; e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ).

No Projeto Político Pedagógico (PPP) da disciplina Educação Especial Inclusiva, podemos conhecer os conteúdos que compõem a disciplina. Esta disciplina conta com um conjunto de textos que abordam a Educação Especial na história (mundial e brasileira); a integração e inclusão das pessoas com necessidades especiais; a prevenção e ações preventivas às deficiências; a família e a escola; a formação do professor; o processo de ensino e aprendizagem de educandos com deficiência física, deficiências múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, dificuldade de aprendizagem/dislexia e doenças raras; e a profissionalização e mercado de trabalho. Neste contexto, o PPP da disciplina busca contribuir para efetivar as práticas pedagógicas e norteia as ações a serem planejadas e aplicadas.

A disciplina atende a 17 polos, sendo 13 para o curso de Pedagogia: Angra, Belford Roxo, Itaguaí, Magé, Nova Friburgo, Paracambi, Petrópolis, Resende, Rocinha, São Pedro da Aldeia, Teresópolis e Três Rios. O curso de Geografia recebe o atendimento em 6 polos: Barra do Piraí, Campo Grande, Natividade, Nova Friburgo, Niterói e Três Rios.

Destaca-se a importância desta disciplina para a formação dos professores, tendo em vista a garantia em lei de um atendimento educacional especializado conforme a Lei de Diretrizes e Bases N° 9.394/96 (BRASIL, 1996). A disciplina busca preparar o futuro professor para atender aos alunos com necessidades especiais.

De acordo com as novas orientações do CEDERJ, as tutorias presenciais e as avaliações foram transferidas totalmente para a plataforma; com isso, a AP passou a se chamar APX (Avaliação Presencial Excepcional), sendo realizadas e enviadas através da plataforma.

Com as novas adaptações, buscou-se o atendimento remoto aos alunos, seja por meio de chats da própria plataforma ou de outros aplicativos (*Meet, Zoom, WhatsApp...*), seguindo orientação do CEDERJ. Para muitos alunos, foi uma mudança significativa, já que o papel do mediador presencial era importante na disciplina.

Segundo Lemos e Paschetto (2019, p. 8), não se pode negar a importância do tutor presencial. Dentre as suas diversas funções, destacam-se:

[...] aplicar atividades escritas, busca manter o aluno no curso, organizar atividades práticas em grupo, promover a interação entre os alunos, facilitar a aprendizagem, orientar, motivar, auxiliar nas eventuais dúvidas, lidar com questões administrativas, participar dos trabalhos colaborativos, aguçar relações humanas e acolher o aluno, com o objetivo de incentivá-los a enfrentar as dificuldades presentes nessa modalidade de ensino, acompanhar, orientar a aprendizagem e supervisionar o processo de avaliação, além de possibilitar a obtenção de crescimento intelectual e a autonomia dos alunos, conforme defendido por Paulo Freire. Mediador permanente, o tutor presencial tem como função fazer com que os estudantes se interessem e sejam ativos no processo de desenvolvimento de sua aprendizagem.

O mediador a distância também precisou intensificar o seu atendimento, já que a princípio o momento parecia propício para evasão, visto que muitos alunos, assim como a sociedade geral tiveram que mudar suas rotinas devido a várias situações socioeconômicas e psicológicas que surgiram como a ansiedade, desemprego e outros.

Um dos fatores que facilitaram o funcionamento e efetividade do curso foi a utilização da plataforma *Moodle*, como ambiente virtual de aprendizagem. Esta plataforma já era utilizada no semipresencial e pela sua funcionalidade, permitiu que houvesse continuidade e o contato direto com os alunos através das suas diversas ferramentas como chat, fórum, sala de tutoria, e-mail, videotutoria e outros.

3.1 Adaptações atuais e futuras durante a pandemia

A disciplina Educação Especial Inclusiva tem como base vários textos, como a Constituição Federal, a Declaração de Salamanca, a Política de Educação Especial, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Dentre as leituras propostas pela disciplina está a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) que delimita o que é deficiência e cita os direitos das pessoas com deficiência.

Pensando no cumprimento das leis e suas efetividades dentro das instituições, a AD1, tinha o objetivo de através de uma visita a uma escola ou instituição, o aluno pudesse observar se o local da sua visita estava dentro nas normas para receber o aluno com deficiência. A AD1 foi a primeira atividade avaliativa da disciplina enviada pela plataforma *Moodle* do CEDERJ no primeiro semestre de 2020 e aconteceu algumas semanas antes do início da pandemia, portanto não chegou a sofrer alterações.

Esta AD1, anterior à pandemia, foi um momento de imersão no campo de pesquisa onde se propôs conhecer uma escola de livre escolha do aluno, desde que fosse uma escola pública, uma escola particular, ou uma instituição filantrópica que possuía escola (APAE, Pestalozzi que ofereça atendimento educacional especializado). A atividade poderia ser desenvolvida em grupo, de acordo com a vontade do aluno, porém sua entrega na plataforma deveria ser individual, sendo necessária uma avaliação crítica e apresentação da atividade de cada aluno de acordo com as questões solicitadas. A observação se baseou em um questionário aberto com 24 questões em que ele deveria observar e responder sobre as condições do atendimento educacional especializado daquela instituição e fazer uma análise crítica do que ele observou com as leis e textos estudados na disciplina.

Primeiro, ele deveria coletar dados da instituição, como nome, natureza da instituição (escola pública, privada, instituição filantrópica, etc.). Natureza dos profissionais: vinculação própria, cedidos, voluntários. Como é desenvolvida a capacitação destes profissionais. Se a escola realiza intercâmbio com outras instituições. Perfil do aluno com necessidades especiais que participa desta escola (deficiência, idade, classe econômica). Como é o processo de recepção dos alunos com deficiências e necessidades educacionais especiais. Como é desenvolvido o atendimento educacional especializado. Que metodologias educacionais são desenvolvidas. Se o aluno identificou o uso de materiais adaptados que são utilizados pelos alunos. Os aspectos de acessibilidade observados na arquitetura da escola ou instituição. Havia projetos comunitários de orientação e prevenção? Destacar um projeto desenvolvido pela escola que o aluno considerou fundamental para o processo de inclusão social dos alunos.

Após a resposta ao questionário, o aluno desenvolveria uma reflexão sobre a instituição visitada e os aspectos teóricos estudados no curso (legislação, modalidades de atendimento, adaptações curriculares, prevenção de deficiências, inserção no mundo do trabalho, articulação com outras instituições) e faria uma autoavaliação do seu aprendizado nessa atividade.

Na avaliação dessa atividade, o mediador pôde observar, através das respostas do questionário, o que cada aluno compreendeu sobre como deve ser o ambiente e o atendimento ao aluno com deficiência. Como esta atividade ocorreu pouco antes do início da pandemia, os alunos tiveram o auxílio dos mediadores presenciais nos polos em dias específicos com horário marcados de acordo com o polo. Nestes encontros, o aluno tirava dúvidas sobre a disciplina e sobre a confecção deste trabalho. Os alunos também receberam apoio dos mediadores a distância através da plataforma estando disponíveis para orientar e tirar dúvidas através da sala de tutoria na plataforma *Moodle*. Esta AD1 buscou iniciar um contato mais próximo entre teoria estudada na legislação e textos específicos da disciplina, com o campo que neste caso são as escolas, pois a disciplina atende aos cursos de licenciatura em Pedagogia e Geografia. Neste caso, ao fazer sua observação e reflexão, o aluno analisou de forma qualitativa o ambiente em que ele estava inserido.

Segundo Rosito (2019, p.49), “Muitas vezes, o professor se vê como mero reprodutor ou executor de políticas públicas desvinculadas de sua prática, além de não participarem de um processo de reflexão e escuta, no qual poderiam atuar como sujeitos em suas práticas”. Desta forma, ao tornar-se pesquisador, o professor é capaz também de produzir saber, refletir e questionar sobre as suas experiências. Neste sentido, o autor ainda destaca que o professor, nesse processo, descobre que não existe mais a mera “transmissão e reprodução de conhecimentos”.

Após as leituras das ADs, percebemos, através dos relatos, um descumprimento da LDB (BRASIL, 1996), que destaca: “a educação especial tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida”. Muitos alunos relataram, após as visitas, que algumas instituições não se adequavam à legislação, pois tinham em sua equipe professores despreparados, escolas sem materiais pedagógicos e estrutura física não adaptada. Isto mostra a importância da disciplina, já que ela atende a cursos de licenciatura, formando os futuros professores e os conscientizando sobre a importância de fazer com que esses alunos tenham garantidos seus direitos à inclusão.

A AP1 seria a primeira avaliação presencial, mas, com o início da pandemia, ela passou a ser denominada de APX1, sendo disponibilizada e enviada pela plataforma, já que com a pandemia as instituições foram fechadas impossibilitando a avaliação presencial. Nesta avaliação o aluno respondeu a um questionário aberto com 10 questões relacionadas à educação especial, inclusão e os alunos público-alvo da educação especial, baseadas nos conteúdos das aulas específicas no cronograma curricular.

A AD2 da disciplina sempre priorizou uma discussão entre teoria e prática. Antes, da pandemia, sua proposta era uma oficina presencial, onde os alunos tinham a oportunidade de após fazer a imersão no campo com a AD1, confeccionar um material pedagógico adaptado para trabalho em sala de aula com os alunos público alvo da educação especial (alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) e apresentar a outros alunos. Estes materiais pedagógicos poderiam ser construídos com objetos recicláveis a partir de uma necessidade observada e identificada em sua visita às instituições. Nesta apresentação, havia um momento de troca entre os alunos com a mediação presencial através da realização de uma oficina.

A realização da AD2 sempre foi importante, pois a disciplina faz parte de cursos de licenciatura e é imprescindível que o professor saiba aplicar a teoria em sua prática pedagógica, principalmente se tratando da educação especial, pois estes alunos têm o direito de estarem dentro das salas regulares, sendo atendidos dentro das suas especificidades.

Pensando no distanciamento social e na busca de concretizar a análise feita das instituições visitadas, a AD2 passou a não ter a oficina presencial e ser totalmente remota. A AD2, portanto, se configurou em um questionário aberto com 10 questões e uma atividade extra. Essas 10 questões tinham como objetivo o estudo de casos pedagógicos baseados na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), através de questões que buscavam fazer com que o aluno refletisse acerca das situações que envolvem a inclusão e permanência do aluno público-alvo da educação especial dentro da escola, como Síndrome de Down, Nanismo, Surdez, Autismo, estratégias contra barreira tecnológica, barreiras da comunicação e barreiras atitudinais.

Ao final, uma questão onde ele deveria produzir um material didático acessível, tendo como proposta o uso de materiais recicláveis (garrafas, tampas de pet, grãos de feijão e latinhas de refrigerantes), com um baixo custo tecnológico, para a elaboração de uma tecnologia assistiva para apoio ao desenvolvimento de algum conteúdo. Ou seja, deveria idealizar uma experiência e produzir um material didático acessível, explicando como surgiu a ideia; se já havia visto algum material semelhante ao que construiu e onde; para que conteúdo ou área de conhecimento; para que área de deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou outra necessidade especial este material caberia e que materiais ele utilizou; incentivando o uso de materiais recicláveis de fácil acesso.

Esta atividade de produção de material é de suma importância para a reflexão dos professores, pois segundo Carvalho (2011, p. 121), “Os professores da educação básica, em geral, declaram-se despreparados para o processo de ensino-aprendizagem desse alunado, mas poucos questionam acerca da influência do tradicionalismo da prática pedagógica” desta forma esta atividade faz com que os conhecimentos teóricos adquiridos sobre as diversas deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ou outra necessidade especial se tornem base para que o aprendizado do uso das adequações curriculares que favoreçam a diversidade das estratégias pedagógicas atendendo a todas as necessidades dos alunos.

Os materiais confeccionados na AD2 mostraram os resultados da utilização da teoria colocando em prática todo conhecimento adquirido nesta disciplina e em sua observação na pesquisa de campo permitindo atividades como de coordenação motora com boliches (Figura 1) onde o aluno desenvolve sua coordenação motora grossa ao tentar acertar as garrafas com uma bola e depois ao colocar as garrafas em pé novamente. Na Figura 2, no jogo com a peteca, o aluno também desenvolve sua coordenação motora ao tentar acertar a peteca com a mão e jogar para um parceiro na brincadeira. Ambas as atividades, (boliche ou peteca) podem ser usadas com alunos com deficiências motoras ou através de atividades, usando a ludicidade, para que este aluno possa interagir com os outros alunos, conforme o artigo 28, parágrafo XV da lei 13.146/15, onde o artigo aborda a igualdade do acesso também “a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer” nas atividades escolares.



Figura 1 e Figura 2: Polo de Niterói

Foram criadas também atividades táteis (Figura 3), atividades de estimulação auditiva e de fala onde o aluno procura a sílaba inicial referente ao desenho que ele pegou e encaixa onde está a sílaba correspondente. Nesta atividade, o aluno desenvolve coordenação motora, na hora de encaixar as tampas, consciência fonológica ao perceber os sons das sílabas buscando estimular e facilitar a aprendizagem dos alunos e enriquecer o trabalho do professor. Esta atividade pode ser utilizada com crianças com deficiência intelectual, transtornos globais e do desenvolvimento.

A Figura 4 é um mapa tátil onde a pessoa com cegueira ou baixa visão pode através do tato conhecer os contornos e relevos de mapas. É também uma atividade lúdica podendo ser usada em pessoas com outras deficiências como surdez, favorecendo a memória visual do aluno. Estas atividades são “adaptações razoáveis”, conforme defende o artigo 28, parágrafo III, que buscam “atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia”.



Figura 3: Polo de Niterói



Figura 4: Polo de Barra do Pirai

Assim como a APX1, a APX2 passou a ser entregue pela plataforma, e nesta avaliação também tiveram 10 questões, priorizando a análise de casos envolvendo situações pedagógicas com alunos público alvo da educação especial, onde o aluno deveria avaliar a situação e citar leis e propostas pedagógicas condizente com cada caso. Dentre as questões, estavam propor estratégias para acessibilidade física para criança em cadeira de roda e deficiência nos membros inferiores e superiores, produção de material adaptado e avaliação para criança com deficiência física, o uso software para aluno cego, estratégias para criança com altas habilidades, inclusão do aluno com surdez e Síndrome de Down, utilização de tecnologias para

autismo sem fala e a importância do atendimento educacional especializado no processo de inclusão de um aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.

Ao analisarmos os registros das atividades entregues pela plataforma do CEDERJ, podemos observar que em 2020.1, dos 604 alunos inscritos na disciplina, apenas 436 concluíram com êxito a disciplina, uma porcentagem aproximada de 72,19% onde tiveram média maior que 5 na média das quatro avaliações ou na APX3. Comparando com os números do semestre anterior (2019.2), tivemos 651 inscritos com 430 concluintes, uma porcentagem aproximada de 66,05%. Aparentemente, o número de não concluintes no semestre de 2020.1, quando se iniciou a pandemia, parecia alto, indicando um possível processo de evasão, mas ao analisar os dados com o semestre anterior (2019.2) percebemos que os números de concluintes do semestre 2020.1, foram ainda maiores. Possivelmente, o fato de as pessoas estarem em isolamento e as atividades serem todas remotas, incluindo as avaliações, possa ter facilitado a conclusão do curso para algumas pessoas, mas ainda é um número alto de não concluintes, o que levanta a questão de que as instituições devem continuar buscando estratégias para evitar a evasão. Vieira *et al.* (2020) destacam que as condições pessoais é um dos principais fatores responsáveis pela evasão do aluno ao longo do curso.

Para Vieira *et al.* (2020, p. 4), as instituições buscam “adaptações e inovações pedagógicas e tecnológicas contínuas à criação e gestão de cursos à distância que produzam resultados efetivos, sobremaneira, com elevados índices de alunos concluintes.”

Ao encerrar o semestre 2020.1 e iniciar o semestre 2020.2, novas adaptações foram feitas como a mudança do perfil da AD1, que antes da pandemia era um trabalho de imersão no campo com visitas às instituições, e agora no semestre 2020.2, a avaliação se baseou em pesquisas virtuais a sites de instituições públicas e privadas que atendam pessoas com deficiência como do Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação de Surdos e a Federação das APAES e das Pestalozzi. Essas instituições atravessaram mudanças sociais e existem até hoje.

Nesta pesquisa, o aluno pode levantar questões sobre a que público da Educação Especial esta instituição se destina; qual era a natureza da instituição pública ou organização não governamental; quais as propostas pedagógicas da instituição; se havia intercâmbio com outras áreas como Saúde, Assistência Social; se instituição oferece algum outro atendimento, tais como cursos de formação para professores; se havia algum evento descrito no site; se apresentava no site algum material sobre o momento da pandemia que estamos vivendo, manual de orientação; se no município em que o aluno está realizando a pesquisa havia APAE, PESTALOZZI ou algum outro atendimento educacional especializado; e a opinião do aluno sobre os trabalhos desenvolvidos pela instituição que pesquisou.

Desta forma, o aluno pôde conhecer, mesmo que de forma virtual, instituições que fazem atendimento aos estudantes público alvo da educação especial, conhecendo um pouco do seu trabalho e da proposta pedagógica e refletir sobre tudo que viu.

Até a data de publicação deste artigo, não se tem uma data de retorno na forma semipresencial. E como será o retorno em um “novo normal”? Não sabemos. Assim sendo, alterações continuarão acontecendo e uma das futuras propostas é fazer uma oficina virtual para apresentação dos materiais didáticos adaptados construídos pelos alunos que é uma das propostas da AD2. Neste cenário, teremos o momento de troca entre os alunos e os mediadores, a fim de alcançar os mesmos objetivos propostos nas oficinas antes da pandemia.

4. Conclusões

Após o surgimento da pandemia do SARSCOV2, o Coronavírus causador da COVID-19, o curso de Pedagogia e Geografia que era ofertada pelo CEDERJ na forma semipresencial, precisou ser adaptado

devido às medidas de isolamento e se transformou temporariamente em totalmente a distância. Diante do isolamento social imposto por causa da pandemia, as atividades e avaliações de nossa disciplina de Educação Especial Inclusiva, foram enviadas somente pela plataforma *Moodle*. Buscou-se, através de diversos aplicativos e plataformas, fazer o atendimento ao aluno para que suprisse a falta do atendimento presencial e pudesse manter a qualidade do ensino.

As avaliações tiveram alterações, como a oficina de montagem de material, que era presencial e precisou ser adaptada para uma atividade entregue somente pela plataforma. Por ser muito importante este momento de troca entre os alunos, foi proposta para os próximos semestres uma oficina virtual, buscando um momento de aprendizado através da troca entre os grupos.

A disciplina busca, através de estudos de caso e de visitas às instituições, estimular que o aluno seja crítico, reflexivo, relacionando a prática observada com a teoria estudada nos diversos textos. Notou-se também a importância da visita à instituição que também não pode ser feita, pelo fato de as instituições de ensino ainda estarem fechadas nos semestres 2020.1 e 2020.2, que aconteceu neste período de isolamento. Em estratégia de modo virtual, foram feitas visitas a sites de instituições que atendem pessoas com deficiência, disponibilizados aos alunos com perguntas indutoras para análise.

Este relato de experiência teve como objetivo expor as adaptações para que a Disciplina Educação Especial Inclusiva pudesse continuar atendendo aos alunos, discutir os impactos deste momento para a disciplina, para os alunos e as redefinições necessárias no percurso metodológico tentando preservar a essência da proposta pedagógica. Desta forma, a disciplina continuará em construção, buscando atender melhor aos alunos com uma educação de qualidade e refletindo sobre o contexto que a cerca, sobretudo em tempos de pandemia, onde o ensino remoto tem sido a forma de mantermos os espaços educacionais, darmos continuidade à formação de qualidade e mantermos os espaços de diálogo de troca de saberes e produção de conhecimento.

Referências

- BRASIL, 1996, [LDB] Lei n. 9394, de 20 de dez. de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 de jul. 2020.
- BRASIL, 2015, [LBI] Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 de jul. 2020.
- ANDRADE, C. C. dos S. *et al.* Estratégias Pedagógicas Tutoriais Para Acompanhamento de Alunos com Deficiência Visual do CEDERJ. **III SIES - Seminário sobre Inclusão no Ensino, Superior: O estudante surdocego**; Universidade Estadual de Londrina, 27 e 28 de Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sies/pages/arquivos/014%20-%20NAC.pdf>. Acesso em: 28 de jul. 2020.
- ANDRADE, C. C. dos S.; FERNANDES, E. M. Estudo de caso de tutoria de apoio a aluno com deficiência visual no ensino superior na modalidade de educação à distância. **V CBEE: Congresso Brasileiro de Educação Especial**; VII Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial, 2012, ISSN 1984-2279.
- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Ed. 8. Porto Alegre: Mediação. 2011.
- CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial**. v.1, 5 impressão, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010, 208 p. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/anexos/recurso_interno/4597/download/a1af164aed3af-f470abbd469102d4a12. Acesso em: 20 de jul. 2020.

- FERNANDES, E. M. **Metodologia Científica**, 1 ed., Rio de Janeiro, Ed. Unirio- Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- LEMOS, S. de S.; PASQUETTO, R. G. Funções dos Tutores Presenciais na Educação a Distância. **EaD em Foco**, 2019; 9(1): e. 690. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/690/344>. Acesso em: 10 de set. 2020.
- NETO, A. V. Anotações sobre as relações entre teoria e prática; **Educação em foco**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 113-140, mar. 2015 / jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19627>. Acesso em: 09 de set. de 2020.
- OLIVEIRA, F. A.; SANTOS, A. M. S. Construção do Conhecimento na Educação a Distância: Descortinando as Potencialidades da EaD no Brasil. **EAD em FOCO**. V10 e799, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/799/504>. Acesso em: 15 de jul. 2020.
- PEREIRA, G. A.; SILVA, F. C. A. da; SOARES, V. M. P. Ambientes virtuais de aprendizagem: o uso das tecnologias da informação e comunicação na prática pedagógica; **Revista Itinerarius Reflectionis** – UFG, Vol. 10, Nº 2, julho-dezembro 2014; Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/28880/pdf>. Acesso em: 08 de set. de 2020.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO; Educação Especial inclusiva, CEDERJ, Rio de Janeiro, 2020.
- ROSITO, M. M. B.; Formação de Professores Pesquisadores: Uma Experiência de Desenvolvimento da Autonomia e Emancipação dos Sujeitos. **Educação em Foco**, V. 24, n. 1, p. 41-64, Jan/abr 2019 Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/26028>. Acesso em: 23 de jul. 2020.
- SANTOS, A.; VASCONCELOS, C. A.; **A contribuição das TIC no processo de ensino e aprendizagem e sua importância na educação a distância** 6º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação; 2º Colóquio Internacional de Educação com tecnologia; Aprendizagem aberta e invertida, Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em <http://www.nehte.com.br/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2015/A%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20das%20TIC.pdf>. Acesso em: 02 de set. 2020.
- VIEIRA, K. M. *et al.*, Escala de Determinantes da Evasão no Ensino a Distância (EDED):proposição e validação. **EaD Em Foco**, 10(2). Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1035>. Acesso em: 20 de set. 2020.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**; trad. Daniel Grassi. 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZANETTE, M. S., Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil, **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00149.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2020.